



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Saúde

Junta de Recursos

Parecer nº 17/SES/ASSJUR-JR/2021

PROCESSO Nº 1320.01.0151858/2019-28

JUNTA DE RECURSOS

JURSIM

ASSUNTO: Recurso

AUDITADO: Secretaria Municipal de Saúde

MUNICÍPIO: Mantena

NMAA: Leste/Governador Valadares

SRS: Governador Valadares

PROCESSO SEI: 1320.01.0151858/2019-28

SIGED: 1320.01.0151858/2019-28

ATIVIDADE SISAUD: 610

RECORRENTE: Secretaria Municipal de Saúde

RELATÓRIO

Trata-se de auditoria realizada pelos Núcleos Macrorregionais de Auditoria Assistencial, NMAA Leste/ SRS Governador Valadares e NMAA Centro / SRS Belo Horizonte, na Secretaria Municipal de Saúde de Mantena, de 17/02/2020 a 21/02/2020, que originou os Ofícios SES/AUDSUS nº. 123/2021 e nº. 124/2021, em virtude das seguintes constatações não conformes apontadas no Relatório Final de Auditoria, seguidas de penalidades e/ou medidas corretivas impostas nos termos da Resolução SES-MG nº 2906, de 24/08/2011:

Penalidade de Advertência Escrita em consequência das seguintes constatações não conformes:

1 (Constatação nº. 597391) Não existe Componente Municipal de Auditoria. Tal fato está em desacordo com a Deliberação CIB-SUS nº 2.768 de 22/08/2018, inciso VIII do Anexo I; Decreto nº 1.651/1995, art. 1º e Lei nº 8.689/1993, art. 6º § 2º.

2 (Constatação nº. 597386) A Secretaria Municipal de Saúde não possui protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais. Em desacordo com a Res.

3 (Constatação nº. 597401) O SCRA não capacita de forma permanente as equipes das unidades de saúde. Em desacordo com PRC MS/GM Nº2/2017, Anexo XXVI, Art.8º, §1º, Inc.VII.

4 (Constatação nº. 607465) A composição das Comissões de Acompanhamento da Contratualização não foi objeto de publicação no Diário Oficial do município ou publicação equivalente. Em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, Art. 32, § 2º.

5 (Constatação nº. 597671) A Lei Municipal nº 729 de 23/12/1993 não atribui ao Secretário Municipal de Saúde competência para ordenar despesas e pagamentos do Fundo Municipal de Saúde. Tal fato contraria a Lei 8.080/1990, art. 9º e art. 32 § 2º.

6 (Constatação nº. 597673) Os recursos financeiros da contrapartida municipal não são movimentados em conta corrente vinculada ao CNPJ do Fundo Municipal de Saúde. Tal fato está em desacordo com a Lei Complementar nº 141/2012, art. 2º, parágrafo único.

7 (Constatação nº. 597674) O Gestor Municipal de Saúde ordena parcialmente as despesas do FMS. Tal fato está em desacordo com o disposto na Lei 8.080/1990, art. 9º e art. 32 § 2º, no Decreto Municipal nº 025 de 09 de fevereiro de 2018, na Lei nº 4.320 de 17/03/1964 art. 61, 62, 63 e 64 e no Acórdão nº 1.013/2008 TCU 1ª Câmara, item 1.3.3.

8 (Constatação nº. 597675) O Gestor Municipal de Saúde não autoriza os pagamentos do Fundo Municipal de Saúde. Tal fato está em desacordo com o disposto na Lei 8.080/1990, Art. 9º e Art. 32 e no Decreto-Lei nº 200/67 Art. 80 § 1º.

9 (Constatação nº. 597680) Existência de contratos formalizados sem a participação da direção municipal do Sistema Único de Saúde/Secretaria Municipal de Saúde de Mantena. Tal fato está em desacordo com a Lei nº 8.080/1990 art. 18 inciso X, Portaria de Consolidação nº 01/2017 art. 130 caput e Lei Municipal nº 729 de 23 de dezembro de 1993, Seção III art. 4º inciso VII.

PARECER

O Recorrente se manifestou por meio do OFÍCIO Nº. 025/2021, constante neste Processo SEI (documento: 27986767), objetivando justificar as constatações não conformes supracitadas, apontadas no Relatório Final de Auditoria.

Conhecemos dos recursos pela tempestividade e legitimidade do Recorrente.

1 (Constatação nº. 597391) Não existe Componente Municipal de Auditoria.

Assim se manifestou o Recorrente:

“O município de Mantena possui Legislação Municipal vigente onde legisla pertinentemente com conteúdo parcial para o funcionamento do Componente Municipal de Auditoria, através da lei 1611/2013 que ‘Institui Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria das Ações e Serviços de Saúde no Município de Mantena, e dá outras providências’ e Lei Complementar 041/2013, que ‘Cria cargos em comissão, para implantação da Regulação Controle Avaliação e Auditoria das Ações e Serviços de Saúde do Município e dá outras providências’, entretanto estas leis não detalham o componente de auditoria, fazendo-se necessário a adequação mediante elaboração de Projeto de Lei solicitado via ofício 135/2020/SMS à Secretaria Municipal de Administração, onde regularizará a implementação da auditoria sobre toda produção de serviços de saúde em articulação com as ações de controle, avaliação e regulação assistencial, com devida definição de estrutura, funcionamento e atribuições do componente e seus integrantes.

Vale ressaltar que o município vem tomando as seguintes providências até aprovação do projeto de lei:

- Elaboração de regimento interno do Componente Municipal de Auditoria;*
- Escolha de espaço físico para o funcionamento dos serviços;*

Segue anexo, Lei 1611/2013, Lei Complementar 041/2013 e Ofício 135/2020/SMS. (anexo I)”

Análise:

O Recorrente apresentou no Anexo I (Documentos: 27986965, 27987106 e 27987270), cópia da Lei 1611/2013, Lei Complementar 041/2013 e Ofício nº 135/2020/SMS enviado à Secretaria Municipal de Administração, solicitando adequação da legislação municipal referente à implantação e implementação do serviço municipal de auditoria. Dessa forma, consideramos que a **irregularidade encontrava-se em adequação à época da apresentação do recurso.**

2 (Constatação nº. 597386) A Secretaria Municipal de Saúde não possui protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais.

Assim se manifestou o Recorrente:

“Diante do exposto no Relatório Consolidado de Auditoria, procedemos a busca atualizada de comprovação de regularização da não conformidade apontada e localizamos o PROTOCOLO CLÍNICO E FLUXOGRAMA MUNICIPAL de padronização dos encaminhamentos para atenção secundária e normas para solicitação de exames de alto custo implantado no município, seguido de resolução CMS/ Mantena ‘ad referendum’ nº. 001/2020 aprovando o mesmo.

Sendo assim, a fim de comprovar a existência dos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais. Segue comprovação no ANEXO II.”

Análise:

O Recorrente apresentou no Anexo II (Documento 27988376), Protocolo Clínico e Fluxograma Municipal, bem como a Resolução CMS/Mantena 001/2020, que aprova *ad referedum* o protocolo clínico e fluxograma para padronização de encaminhamentos para atenção secundária. Assim sendo, consideramos que a irregularidade encontrava-se em adequação à época da apresentação do recurso.

A Equipe de Auditores, constatou durante a visita técnica que:

“(...) não foram apresentados os protocolos clínicos com diretrizes terapêuticas da SMS/Mantena, também se verificou através das declarações de quatro servidoras de duas unidades de saúde visitadas - Centro de Saúde (CS) de Mantena e Unidade Básica de Saúde (UBS) José Fernandes Filho que os protocolos não foram implantados nos respectivos estabelecimentos de saúde, pois as servidoras não tinham conhecimento dos mesmos.” (destacamos)

Diante do exposto, entendemos que **permanece a irregularidade.**

3 (Constatação nº. 597401) O SCRA não capacita de forma permanente as equipes das unidades de saúde.

Assim se manifestou o Recorrente:

“Diante do exposto no Relatório Consolidado de Auditoria, procedemos a busca atualizada de comprovação de regularização da não conformidade apontada e juntamos a este o CRONOGRAMA DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DO MUNICÍPIO DE MANTENA 2021 - observe o ANEXO III.”

Análise:

Dentre os anexos apresentados pelo Recorrente (Documento 27988376), verifica-se o Cronograma das ações Educação Permanente do Município, de capacitações

que seriam realizadas de 01/03 a 10/12/2021. Consideramos que a **correção da irregularidade encontrava-se em andamento à época da apresentação do recurso.**

4 (Constatação nº. 607465) A composição das Comissões de Acompanhamento da Contratualização não foi objeto de publicação no Diário Oficial do município ou publicação equivalente.

Assim se manifestou o Recorrente:

“Diante do exposto no Relatório Consolidado de Auditoria, procedemos a busca atualizada de comprovação de regularização da não conformidade apontada e juntamos a este portaria 001/2019 de 01/10/2019 que ‘Dispõe sobre a formalização da comissão de acompanhamento, controle e avaliação’ dos contratos números 131 132 e 133/2018 celebrado entre o município de Mantena e os prestadores: Hospital Evangélico de Mantena, Hospital São Vicente de Paulo e APAE Mantena, publicado em 0110/2019 no Quadro de Avisos do Município, conforme legisla o§ 1º do artigo 119 da Lei Orgânica Municipal - observe ANEXO IV.”

Análise:

O Recorrente apresentou no anexo IV (Documento: 27988376), a Portaria 001/2019 (de 01/10/2019), que dispõe sobre a formalização da comissão de acompanhamento, controle e avaliação dos contratos 131, 132 e 133/2018, celebrados entre o município e prestadores. **Irregularidade corrigida.**

5 (Constatação nº. 597671) A Lei Municipal nº 729 de 23/12/1993 não atribui ao Secretário Municipal de Saúde competência para ordenar despesas e pagamentos do Fundo Municipal de Saúde.

Assim se manifestou o Recorrente:

“Diante do exposto no Relatório Consolidado de Auditoria, procedemos a busca atualizada de comprovação de regularização da não conformidade apontada e juntamos a este documento Decreto nº 029/2021 que ‘Delega funções e atribuições administrativas ao Secretário Municipal de Saúde e dá outras providências’ de 04/01/2021 - observe ANEXO V.”

Análise:

O Recorrente apresentou no Anexo V (Documento: 27988376), o Decreto 029 de 04/01/2021, que delega funções e atribuições administrativas ao Secretário Municipal de Saúde. **Irregularidade corrigida.**

6 (Constatação nº. 597673) Os recursos financeiros da contrapartida municipal não são movimentados em conta corrente vinculada ao CNPJ do Fundo Municipal de Saúde.

Assim se manifestou o Recorrente:

“Diante do exposto no Relatório Consolidado de Auditoria, procedemos a busca atualizada de comprovação de regularização da não conformidade apontada e juntamos a este documento Ofício 099/2020/Sec. de Fazenda tomando providências para regularização da devida inconformidade, acompanhado de extrato bancário da nova conta corrente nº 30.878-1 Agência 0434-0 do Banco do Brasil, exclusiva para movimentação da contrapartida financeira municipal a fim de garantir cumprimento do limite constitucional de gastos com a Saúde no Município - observe ANEXO VI”

Análise:

O Recorrente apresentou no Anexo VI (Documento: 27988376), o Ofício 99/2020, no qual solicitou à Sec. de Fazenda abertura de conta corrente com a descrição PMM FMS, que deveria ser aberta no CNPJ do Fundo Municipal de Saúde e os documentos assinados pelo Prefeito e Secretário de Saúde. Encaminhou ainda, o Extrato da Conta Corrente e comprovante de remessa de TED e de pagamentos de títulos. **Irregularidade corrigida.**

7 (Constatação nº. 597674) O Gestor Municipal de Saúde ordena parcialmente as despesas do FMS.

Assim se manifestou o Recorrente:

“Diante do exposto no Relatório Consolidado de Auditoria, procedemos a busca atualizada de comprovação de regularização da não conformidade apontada e juntamos a este cópias dos processos de pagamentos de prestadores SUS, conforme pode verificar no ANEXO VII.”

Análise:

O Recorrente apresentou no Anexo VII (Documento: 27988567), cópias dos processos de pagamentos de prestadores SUS. **Irregularidade corrigida.**

8 (Constatação nº. 597675) O Gestor Municipal de Saúde não autoriza os pagamentos do Fundo Municipal de Saúde.

Assim se manifestou o Recorrente:

“Diante do exposto no Relatório Consolidado de Auditoria, procedemos a busca atualizada de comprovação de regularização da não conformidade apontada e juntamos a este cópias dos Processos de Pagamentos de Prestadores SUS, conforme pode verificar no ANEXO VII.”

Análise:

O Recorrente apresentou no Anexo VII (Documento: 27988567), cópias dos processos de pagamentos de prestadores SUS. **Irregularidade corrigida.**

9 (Constatação nº. 597680) Existência de contratos formalizados sem a participação da direção municipal do Sistema Único de Saúde/Secretaria Municipal de Saúde de Mantena.

Assim se manifestou o Recorrente:

“Diante do exposto no Relatório Consolidado de Auditoria, procedemos a busca atualizada de comprovação de regularização da não conformidade apontada e juntamos a este documento Instrumentos Contratuais com os Prestadores de Serviços de Saúde do SUS com a inclusão da direção municipal do SUS na contratação dos mesmos. (Anexo VIII)”

Análise:

O Recorrente apresentou no Anexo VIII (Documento: 27988567), o documento Instrumentos Contratuais com os Prestadores de Serviços de Saúde, com a inclusão da direção municipal do SUS (Secretaria Municipal de Saúde). **Irregularidade corrigida.**

CONCLUSÃO

O processo de auditoria em análise tramitou nos moldes da Resolução SES-MG nº 2906/2011. A legislação citada pela equipe de auditoria fundamentou devidamente o apontamento das constatações não conformes, não havendo nenhuma irregularidade do ponto de vista jurídico.

Diante do exposto, considerando que os requisitos de admissibilidade foram atendidos, e foram apresentadas justificativas válidas, acompanhadas de documentação probatória apta a afastar as irregularidades ou demonstrar que a necessária correção estava em andamento, entendemos pelo conhecimento do recurso, dando-lhe provimento para cancelar as penalidades de Advertência Escrita.

À superior apreciação

Belo Horizonte, 30 de abril de 2021.